VALENÇA Governo estadual autoriza construção de unidade no baixo sul

Policlínica tem ordem de serviço assinada

MIRIAM HERMES

Com investimentos orçados em R$ 21,2 milhões na estrutura física e para aquisição de mobiliário e dos equipamentos, a Policlínica Regional de Valença (a 270 km de Salvador, no baixo sul baiano) teve a ordem de serviço autorizada, ontem, pelo governo estadual.

A administração da unidade de saúde, que tem previsão de atender moradores de 12 municípios da região, será feita por um consórcio público federativo formado pelo governo estadual e as prefeituras das cidades envolvidas.

Presente à solenidade de assinatura da ordem de serviço, o governador Rui Costa informou que a Policlínica de Valença pretende suprir 90% dos exames solicitados pelo Sistema Único da Saúde (SUS).

Além de Valença, participam do consórcio as cidades de Cairu, Camamu, Gandu, Igrapiúna, Ituberá, Nilo Peçanha, Nova Ibiá, Piraí do Norte, Taperoá, Teolândia e Wenceslau Guimarães.

"Esse equipamento é importante para fortalecer a prevenção da saúde. Nós já entregamos, nos últimos dez anos, 1.700 postos de saúde, mas o povo não tinha onde fazer os exames solicitados nas consultas feitas nesses postos. Agora terão as policlínicas", disse Rui.

Entregas

Ele participou da inauguração da rede elétrica na comunidade Quilombo de Novo Horizonte, que beneficia cerca de mil moradores em 230 imóveis.

Também fez a entrega da nova sede do posto rodoviário do 4º Pelotão da 5ª Companhia de Polícia Rodoviária Estadual. Para a 33ª Companhia Independente da Polícia Militar foram entregues duas novas viaturas e inaugurado um novo posto de trabalho para os policiais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DO CHAPÉU

PP SRP 20/17. Objeto: Aquisição de Combustível e derivados do petróleo com abastecimento na cidade do Salvador/BA. Dia 12/05/2017, às 09:00h. Tipo: Menor Preço por Item. Informações e Edital: http://www.morrodochapeu.ba.gov.br/. Márcio de Oliveira Gurgel – Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA

PP 21/17. Objeto: aquisição de peças para reposição e manutenção de poços artesianos. Dia 11/05/17 às 9h. Edital na sede, Pç Dr. Araújo Pinho, 14, Centro. Informações 75 32482489. E-mail pmcm.licitacao@hotmail.com. C. de Maria/Ba, 26/03/17. Wilma de Brito G. Menezes. Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEAL

PP 22/17. Objeto: fornecimento de material odontológico. Dia 11/05/17 as 9h. PP 23/17. Objeto: aquisição de equipamentos permanentes e materiais para atender ao PSF de Covão, Povoado de Belo Alto, Chapada e Sede, conforme Emenda Parlamentar 34380010. Dia 11/05/17 as 10:30h. Editais na sede, R Dr. André Negreiro 103, Centro. Informações pmc.licitacoes1@gmail.com. Candeal/BA, 26/04/17. Wilma de Brito Gonçalves Menezes. Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IAÇU/BA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2017. Dia 12 de Maio de 2017, as 8:30hs, OBJETO: contratação de Empresa especializada na prestação de serviços com locação de caminhão acoplado com equipamento compactador de lixo, edital no site, www.iacu.ba.indap.org.br INFORMAÇÕES: Fone 3325-3254, PREGOEIRO : Ademir Neves Santos, Iaçu-Ba, 27 de Abril de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ

PP 15/17. Menor preço global. Objeto: serviços de manutenção preventiva e corretiva da iluminação pública. Dia 11/05/17 às 9h. PP SRP 16/17. Objeto: aquisições de materiais elétricos. Menor preço por lote. Dia 11/05/17 às 15h. Info de 8 as 12h. Joazino A. Machado. Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE REMANSO-BA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial - SRP nº 022/2017. Processo Administrativo nº 136/2017. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios in loco para suprir as necessidades da merenda escolar do ano letivo de 2017, do município de Remanso/BA. Data da abertura: 12 de maio de 2017 às 9h00min - horário local. Obtenção do edital através do e-mail: licitacao.remanso@gmail.com. Não será fornecido edital in loco. Gleison Barbosa Pereira Pregoeiro Oficial

EMPRESA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - EMASA S/A
CNPJ 34.079.590/0001-01
EDITAL DE CONVOCAÇÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ACIONISTAS

Ficam convocados os Senhores acionistas da Empresa Municipal de águas e Saneamento (EMASA S/A), inscrita no CNPJ sob o número 34.079.590/0001-01, a se reunirem em Assembleia Geral ordinária, a ser realizada no dia 09 de maio (terça-feira) de 2017, às 08:00 horas, na sede da EMASA S/A, sita à Rua São Vicente de Paula,227, Centro, Itabuna/BA, a fim de deliberarem sobre a seguinte pauta:

a) Informes da Empresa;
b) O que ocorrer.

Itabuna,27 de abril de 2017

Patrick Olbera Monteiro
Presidente do Conselho de Administração da EMASA S/A

PRIMA EMPREENDIMENTOS INOVADORES S.A.

CNPJ Nº 07.713.194/0001-11

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2016

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de VSas., as Demonstrações Financeiras Condensadas da Sociedade, referente aos exercicios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015. As demonstrações Financeiras completas e examinadas pos auditores independentes encontram-se a disposição dos acionistas na Sede da Sociedade. Salvador, 29 de março de 2017.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro

Ativo	Controladora 2016	Controladora 2015 (Reapresentado –	Consolidado 2016	Consolidado 2015 (Reapresentado –
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	209	963	243	1.617
Aplicações financeiras	13.650	12.782	13.710	12.787
Imóveis a comercializar			1.804	999
Outros ativos			203	271
Total do ativo circulante	13.859	13.745	15.960	15.674
Não circulante				
Imóveis a comercializar	111.835	113.297	113.297	113.297
Aplicações financeiras restritas			389	246
Partes relacionadas	5.952	1.566		
Tributos diferidos			183	50
Outros ativos	394	361	415	361
Investimentos	15.984	12.392	6.962	4.573
Imobilizado	3.893	519	29.026	15.193
Intangível	23.450	22.942	23.450	22.942
Total do ativo não circulante	161.508	151.077	173.722	156.662
Total do ativo	175.367	164.822	189.682	172.336

Passivo e patrimônio líquido	Controladora 2016	Controladora 2015 (Reapresentado –	Consolidado 2016	Consolidado 2015 (Reapresentado –
Circulante				
Fornecedores	132	82	1.942	421
Empréstimos e Financiamentos		53		53
Salários e encargos sociais	297	377	1.124	554
Tributos a recolher	175	108	365	217
Adiantamentos de clientes			2.945	687
Obrigações por aquisição de imóveis	471		471	
Obrigações por aquisição de participação em controlada	7.532	7.532	7.532	7.532
Total do passivo circulante	8.607	8.152	14.379	9.464
Não circulante				
Obrigações por aquisição de imóveis	1.804		1.804	
Partes relacionadas	5.131	4.912	4.964	4.912
Empréstimos e Financiamentos	12.356	9.729	20.992	15.935
Adiant. para futuro aumento de capital		295		295
Provisão para garantias				96
Total do passivo não circulante	19.291	14.936	27.856	21.142
Patrimônio líquido				
Capital social	78.512	78.512	78.512	78.512
Reserva de capital	96.400	96.400	96.400	96.400
Ações em tesouraria				
Ajuste de avaliação patrimonial	(7.449)	(7.449)	(7.449)	(7.449)
Adiant. para futuro aumento de capital	11.379		11.379	
Prejuizos acumulados	(31.373)	(25.729)	(31.372)	(25.729)
	147.469	141.734	147.470	141.734
Participações dos acionistas não controladores			(23)	(4)
	147.469	141.734	147.447	141.730
Total do passivo e patrimônio líquido	175.367	164.822	189.682	172.336

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em milhares de reais

Atribuível aos acionistas da controladora

	Capital social Subscrito	Reserva de capital Ágio na subscrição	Ações em tesouraria	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total	Participação dos não controladores	Total
Em 1º /01/2015	64.585	96.743	(594)		(20.896)		139.838	172	140.010
Prejuízo do exercício					(4.834)		(4.834)	(4)	(4.838)
Aumento capital	13.927						13.927		13.927
Distribuição de ações em tesouraria		(343)	594				251		251
Ajuste de avaliação patrimonial				(7.449)			(7.449)	(172)	(7.621)
Em 31/12/2015 (Reapresentado)	78.512	96.400		(7.449)	(25.729)		141.734	(4)	141.730
Prejuízo do exercício					(5.644)		(5.644)	(19)	(5.663)
Adiant. para futuro aumento de capital .						11.379	11.379		11.379
Em 31/12/2016	78.512	96.400		(7.449)	(31.373)	11.379	147.469	(23)	147.447

Demonstrações dos resultados

	Controladora 2016	Controladora 2015 (Reapresentado	Consolidado 2016	Consolidado 2015 (Reapresentado
Receita líquida de serviços			3	119
Receita líquida de unidades imobiliárias			311	64
Custo dos serviços prestados e da venda de unidades imobiliárias			(245)	(51)
Lucro bruto			69	132
Despesas gerais e administrativas	(5.563)	(5.163)	(8.901)	(6.343)
Outras receitas operacionais, líquidas		3		3
Prejuízo operacional	(5.563)	(5.160)	(8.832)	(6.208)
Resultado Financeiro, líquido				
Despesas financeiras	(684)	(868)	(869)	(918)
Receitas financeiras	1.645	770	1.675	776
Equivalência patrimonial (Nota 10)	(1.042)	424	2.389	1.516
Prejuízo antes do IR e CSLL	(5.644)	(4.834)	(5.637)	(4.834)
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes			(65)	
Diferidos			58	
Prejuízo do exercício	**(5.644)**	**(4.834)**	**(5.644)**	**(4.834)**
Atribuível a				
Acionistas da Companhia			(5.644)	(4.811)
Participação dos não controladores			(18)	(5)
			(5.662)	**(4.816)**
Quantidade de ações do capital social no final do exercício – em milhares			64.650	64.650
Prejuízo por lote de mil ações do capital social no fim do exercício - R$			-0,09	-0,07

Demonstração dos fluxos de caixa - Em milhares de reais

	Controladora 2016	Controladora 2015 (Reapresentado	Consolidado 2016	Consolidado 2015 (Reapresentado
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(5.644)	(4.834)	(5.637)	(4.834)
Ajustes				
Resultado equivalência patrimonial	1.042	(424)	(2.389)	(1.516)
Depreciação e amortização	294	144	294	144
Despesas financeiras, líquidas	(281)	97	44	142
	(4.589)	(5.017)	(7.688)	(6.064)
Variações nos ativos e passivos				
Imóveis a comercializar			(805)	(814)
Outros ativos	(33)	(77)	14	(348)
Fornecedores	50	(253)	1.521	86
Salários e encargos sociais	(80)	103	570	280
Tributos a recolher	67	(10)	213	95
Adiantamentos de clientes			2.258	687
Caixa aplicado nas operações	(4.585)	(5.255)	(3.917)	(6.078)
Imposto de renda e contribuição social pagos			(65)	
Juros Pagos	(680)	(822)	(850)	(874)
Caixa líquido aplicado nas ativ. operacionais	(5.265)	(6.077)	(4.832)	(6.952)
Fluxos de caixa das ativ. de investimentos				
Aplicações financeiras	(868)	(12.782)	(1.066)	(13.033)
Investimentos		(169)		(169)
Recursos concedidos - Partes Relacionadas	(6.951)	(264)		
Aquisição de imobilizado	(1.328)	(18)	(11.846)	(3.726)
Aquisição do intangível	(514)	(1.378)	(514)	(1.378)
Caixa líq. aplicado nas ativ. de investimentos	(9.661)	(14.610)	(13.426)	(18.306)
Fluxos de caixa das ativ. de financiamentos				
Adiantamento para futuro aumento de capital	11.379	295	11.379	295
Obtenção de empréstimos e financiamentos	2.627	5.830	5.057	11.276
Pagamentos de emprést.e financiamentos	(53)		(53)	
Recursos recebidos - Partes relacionadas	219	1.531	501	1.305
Aumento de capital		13.927	-	13.927
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	14.172	21.584	16.884	26.803
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(754)**	**897**	**(1.374)**	**1.545**
Caixa e equiv. de caixa no início do exercício	963	66	1.617	72
Caixa e equiv. de caixa no final do exercício	209	963	243	1.617

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações de resultado, mutações do patrimônio líquido e fluxos de caixa foram elaboradas em conformidade com a legislação societária e examinadas por auditores independentes PricewaterhouseCoopers que emitiram parecer sem ressalvas em 29 de março de 2017. As demonstrações financeiras completas encontram-se a disposição dos acionistas na sede da companhia.

Diretor Presidente
RUBEN ESCARTIN BAQUE

Diretor Executivo
LUCIANO DO NASCIMENTO LOPES

Contador
MARCOS ARAUJO DE ALMEIDA
CRC-BA 031.201/O-2

OAS IMÓVEIS S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 09.557.461/0001-34

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Relatório da Diretoria para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 - Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto o resultado por ação

Srs. Acionistas: A OAS Imóveis S.A. em recuperação judicial submete a V.Sas. às Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31/12/15, expressas em milhares de reais (R$ mil), acompanhadas do parecer dos auditores independentes.

Balanços Patrimoniais	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Ativos			
Ativos circulantes		196	457
Caixa e equivalentes de caixa	4	73	247
Contas a receber de clientes	5	24	59
Outros ativos		99	151
Ativos não circulantes		209	430
Partes relacionadas	6	197	402
Investimentos		12	28
Total dos ativos		405	887
Passivos e patrimônio líquido			
Passivos circulantes		227	321
Fornecedores		55	94
Tributos a recolher		12	59
Salários, provisões e contribuições sociais	7	21	46
Outros passivos		139	122
Passivos não circulantes		54	54
Provisão para passivos eventuais		54	54
Patrimônio líquido		124	512
Capital social	11	6.233	6.233
Prejuízos acumulados		(6.109)	(5.721)
Total dos passivos e patrimônio líquido		405	887

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Capital social	Prej. acumulados	Patrimônio líquido	Adiant. p/futuro aumento de capital	Patrim. líq. e adiant. p/futuro aumento de capital
Saldos em 31/12/2014		**6.233**	**(5.959)**	**274**	**564**	**838**
Devolução adiant. p/futuro aumento de capital	11	–	–	–	(564)	(564)
Prejuízo do exercício		–	(91)	(91)	–	(91)
Ganho por var. no percentual de part. em invest.	11	–	329	329	–	329
Saldos em 31/12/2015		**6.233**	**(5.721)**	**512**	**–**	**512**
Prejuízo do exercício		–	(388)	(388)	–	(388)
Saldos em 31/12/2016		**6.233**	**(6.109)**	**124**	**–**	**124**

Demonstrações dos Resultados	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Receita líquida de serviços		221	1.091
Custo dos serviços prestados		(296)	(604)
Lucro bruto (prejuízo) operacional	11	(75)	487
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	12	(102)	(175)
Comerciais	13	(174)	(157)
Equivalência patrimonial		(16)	(178)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		12	65
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		(355)	43
Receitas financeiras		1	9
Despesas financeiras		(11)	(25)
Resultado financeiro, líquido		(10)	(16)
Lucro (prejuízo) antes do IR e da contribuição social		(365)	27
Imposto de renda e contribuição social	8	(23)	(118)
Prejuízo do exercício		(388)	(91)

Demonstrações dos Resultados Abrangentes	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo do exercício	(388)	(91)
Total dos resultados abrangentes do exercício	(388)	(91)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do IR e CS		(365)	27
Aj. de itens sem desembolso de cx. p/conc. do result. c/o flx. de cx.			
Equivalência patrimonial		16	177
Prov. para créditos de liquidação duvidosa	5	80	89
Provisão para passivos eventuais		–	(11)
Baixa de investimentos		–	167
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		(45)	408
Outros ativos		52	(25)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(40)	(81)
Salários, provisões e contribuições sociais		(25)	(31)
Tributos a recolher		(27)	(55)
Adiantamentos de clientes		–	(150)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(43)	(193)
Outros passivos		18	(204)
Fluxo de caixa líq. gerado (aplic.) pelas ativ. operacionais		(379)	118
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Recursos recebidos de empresas ligadas		205	745
Recursos pagos a empresas ligadas		–	(900)
Adiantamento para futuro aumento de capital		–	(564)
Fluxo de caixa líq. (aplic. nas) gerado pelas ativ. de financ.		205	(719)
Diminuição no caixa e equivalentes de caixa		(174)	(601)
Caixa e equiv. de caixa no início do exercício	4	247	848
Caixa e equiv. de caixa no final do exercício	4	73	247
Diminuição no caixa e equivalentes de caixa		(174)	(601)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional: A OAS Imóveis S.A. - Em recuperação judicial ("Cia.") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Salvador - BA, constituída em 16/05/08, tendo como acionista a OASE, e por objeto: • Incorporação, administração e exploração de empreendimentos imobiliários; • Construção, compra ou venda de imóveis; • Locação de imóveis; • Administração de bens próprios ou de terceiros, inclusive imóveis; • Consultoria e corretagem imobiliária; • Intermediação na contratação de empréstimos; • Serviços de despachante para a contratação de financiamento bancário; • Assessoria financeira para a análise de crédito; e • Participação em outras sociedades. A Cia. não efetuou atividades de incorporação imobiliária em 2016 e 2015, sendo suas receitas nestes dois exercícios provenientes de corretagem imobiliária e assessoria para análise de crédito. Em 31/03/15, a controladora OASE e a própria Cia., em razão da situação financeira desfavorável que se encontravam, aliada a uma série de fatores, dos quais destacamos: i) retração forte do setor e da economia, ii) cortes de linhas de financiamentos para as empresas do Grupo OAS em decorrência das investigações realizadas pelo MPF e pela PF sobre supostas irregularidades cometidas em contratações da Petrobras, e iii) vencimento de grande parte de seu endividamento, juntamente com algumas outras Cias. do Grupo OAS, ajuizaram pedido de recuperação judicial, distribuído no Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob nº 1030812-77.2015.8.26.0100, com fundamento nos artigos 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05 ("Lei de Recuperação Judicial"). A administração da OAS S.A. - Em recuperação judicial ("OAS") e suas controladas, incluindo a OASE e a Cia., entendeu que, diante dos desafios decorrentes do agravamento da sua situação econômico-financeira, a Recuperação Judicial era a medida mais adequada para proteger o valor dos ativos para atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades. Em 1º/04/15, o Juízo da 1ª Vara Empresarial de Recuperação Judicial e Falências do Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo deferiu o processamento da recuperação judicial da OASE e da Cia. Como administrador judicial (art. 52, I, e art. 64) foi nomeado Alvarez & Marsal Consultoria Empresarial do Brasil. Condições gerais do Plano de Recuperação Judicial ("Plano"): Em cumprimento ao disposto no art. 53 da Lei de Recuperação Judicial, a Cia., em conjunto com as controladas em recuperação, em 19/06/15, apresentou o Plano junto à 1ª Vara de Recuperação com a proposta dos meios de recuperação a serem empregados; e juntamente com laudos de avaliação econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos. No dia 17/12/15, Alvarez & Marsal Consultoria Empresarial do Brasil Ltda, Administradora Judicial nomeada nos autos da Recuperação Judicial, lavrou ata da AG de Credores instalada em 29/09/15, em segunda convocação, suspensa e retomada sucessivamente em 14/10, 03/11, 10/11, 19/11 e em 17/12/15. Na referida ata ficou anotado que o Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas Cias. em recuperação foi aprovado pelos credores na forma do art. 45, caput, § 1º e 2º, da Lei de Recuperação Judicial, como se depreende dos relatórios de votação anexos à ata. Referida ata da AG de Credores foi encaminhada ao Juiz de Direito da 1ª. Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo - SP e o mesmo, em 26/01/16, homologou o Plano e concedeu às Recuperandas, com fundamento no art. 58 da Lei de Recuperação Judicial, a recuperação judicial. O Plano aprovado promove modificações em relação ao originalmente apresentado em juízo no dia 19/06/15, derivadas do processo de negociação com os credores e apresenta as seguintes principais características: **(i)** Processamento da Recuperação Judicial ("RJ") como litisconsórcio ativo e apresentação de um plano único para votação, com tratamento individual por Cia. em recuperação; **(ii)** A ineficácia da incorporação da OAS Investimentos S.A. - Em recuperação judicial pela OAS, deliberada por seus acionistas em 26/12/14 e suspensa por força de decisão judicial; **(iii)** Tratamento específico para cada categoria de credores baseado em critérios objetivos e coerentes com o sistema da RJ. Apesar de unitário, o Plano dispensa um tratamento específico a cada categoria de credores, baseado nos seguintes critérios: (i) Natureza dos créditos e homogeneidade de interesses dos credores (financeiros, fornecedores, etc.); (ii) Direitos obtidos pelo credor quando da contratação do respectivo crédito junto ao Grupo OAS (garantias, sociedades devedoras, etc.); (iii) Patrimônios das sociedades devedoras; e (iv) Moeda e condições de pagamento originalmente contratadas. Condições de pagamento aos credores: Todos os créditos que sejam decorrentes de obrigações oriundas de relações jurídicas firmadas anteriormente à data do pedido de Recuperação Judicial (credores ilíquidos), também são novados pelo Plano, estando integralmente sujeitos aos efeitos da RJ. Os créditos extraconcursais não estão sujeitos ao Plano, de forma que a aprovação deste pela AGC não implica na reestruturação de tais créditos. Por sua vez, com a aprovação do Plano, os créditos concursais ficam integralmente novados, observadas as condições resolutivas e demais condições previstas no Plano. Sendo assim, ficam estabelecidas no Plano as seguintes condições de pagamento aos credores: a) Créditos trabalhistas: A Cia. não possui obrigações de natureza trabalhistas sujeitas à Recuperação Judicial. b) Créditos com garantia real: A Cia. não possui obrigações com credores com garantia real sujeitos à Recuperação Judicial. c) Credores Financeiros: A Cia. não possui obrigações com credores financeiros. d) Créditos dos Fornecedores da Cia.: Estes Créditos serão quitados mediante: (i) Pagamento de até R$ 9.889,00, para cada Credor, sempre limitado ao valor do Crédito; e (ii) Eventual saldo remanescente receberá pagamento pro rata de R$ 4.519, dividido em 04 parcelas mensais fixas, iniciando em 30/05/16 e finalizando em 30/08/16. e) Créditos ME/EPP da Cia.: Estes Créditos serão quitados mediante: (i) Pagamento de até R$ 9.889,00, para cada Credor, sempre limitado ao valor do crédito; e (ii) Eventual saldo remanescente receberá pagamento pro rata de R$ 464, dividido em 04 parcelas mensais fixas, iniciando em 30/05/16 e finalizando em 30/08/16. Determinados efeitos do Plano: a) Vinculação do Plano: As disposições do Plano vinculam as Recuperandas, seus acionistas e credores, incluindo os respectivos cessionários e sucessores, a partir da homologação judicial do Plano, nos termos do art. 59 da Lei de Recuperação Judicial. A aprovação do Plano acarretou na novação dos créditos, que serão liquidados na forma estabelecida nele. Mediante referida novação, todas as obrigações, *covenants*, índices financeiros, hipóteses de vencimento antecipado, bem como outras obrigações e garantias que sejam incompatíveis com as condições do Plano deixarão de ser aplicáveis, sendo substituídas pelas previsões contidas nele. b) Extinção de ações contra as empresas em recuperação: Exceto se previsto de forma diversa no Plano, os credores não mais poderão, a partir da aprovação do Plano: (i) ajuizar ou prosseguir com ações judiciais ou processo de qualquer tipo; (ii) executar qualquer sentença, decisão judicial ou sentença arbitral; (iii) penhorar quais bens para satisfazer seus créditos; (iv) criar, aperfeiçoar ou executar qualquer garantia real sobre bens e direitos para assegurar o pagamento dos seus créditos; (v) reclamar qualquer direito de compensação contra qualquer crédito devido às empresas em recuperação. Todas as ações e execuções judiciais em curso contra as empresas em recuperação serão extintas, e as penhoras e constrições existentes serão liberadas. Condições resolutivas do Plano: O Plano prevê determinadas condições que, em sua ocorrência, podem acarretar o cancelamento automático do mesmo, com a consequente manutenção e/ou reconstituição dos direitos e garantias dos credores nas condições originariamente contratadas, tais como: (i) a ausência de constituição de garantias sobre os ativos a serem alienados; (ii) ausência de celebração de todos os instrumentos necessários para a formalização da assunção e reestruturação de obrigações; (iii) a constatação de qualquer falsidade ou incorreção quanto a qualquer declaração ou garantia prestada pelas Recuperandas e/ou qualquer dos seus Acionistas, direto ou indireto; (iv) o descumprimento, pelas Recuperandas e/ou qualquer dos Acionistas, de qualquer obrigação assumida no Plano ou prática de qualquer ato ou medida incompatível com as disposições do Plano; (v) o descumprimento de qualquer obrigação prevista no Plano devida até o encerramento da Recuperação Judicial; (vi) a declaração, pelo Juízo da Recuperação Judicial, de que qualquer cláusula, termo ou condição do Plano é inválida, nula ou ineficaz; dentre outras. Expectativas da Administração: Para fins de atender o disposto no Inciso II do Art. 53 da Lei de Recuperação Judicial, a Administração das empresas em recuperação, em conjunto com seus assessores financeiros, elaborou estudo técnico econômico, tendo como foco a viabilidade econômica do plano de recuperação. Após a análise da reestruturação dos passivos e ativos, das condições de liquidez de médio e longo prazos, e considerando suas origens de recursos, despesas e estruturas de ativos e passivos, acredita-se que o desempenho operacional das empresas em recuperação e consequente geração de caixa suportam a viabilidade econômico-financeira das mesmas. O referido estudo foi apresentado em juízo juntamente com o Plano. **2. Base de preparação das DFs. contábeis: a)** Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As DFs. contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. **b)** Base de mensuração: As DFs. contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A Administração da Cia. autorizou a conclusão e divulgação das presentes DFs. contábeis em 9/03/17, nas quais consideram os eventos subsequente ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas DFs. contábeis, quando requeridos. **c)** Moeda funcional e moeda de apresentação: As DFs. contábeis são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Cia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **d)** Uso de estimativa e julgamento: A preparação das DFs. contábeis de acordo com as normas CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir significantemente dessas estimativas e as estimativas e premissas são revistas de maneira contínua e são reconhecidas no período em que as mesmas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais incluem: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazo, provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas. **e)** Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 2016: No exercício de 2016, algumas novas normas emitidas e/ou revisadas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor a partir do exercício de 2017. Essas alterações às normas internacionais - IFRSs ainda não foram editadas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC e do CFC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pelo CFC até a data de sua aplicação obrigatória. A Cia. não espera ajustes relevantes em suas DFs. contábeis com aplicação dessas novas normas a serem emitidas. **3. Principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis adotadas pela Cia. na elaboração das DFs. contábeis são: **a)** Caixa e equivalentes de caixa: Incluem saldos de caixa e saldos positivos em contas bancárias que possuem liquidez imediata, e estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição. **b)** Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa: Os créditos a receber de clientes são provenientes das prestações de serviços de corretagem, decorrentes de intermediação da venda das unidades imobiliárias (apartamentos), ajustados por provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando necessária, é constituída em montante considerado suficiente pela Administração, considerando os riscos envolvidos, para cobrir as perdas prováveis na realização dos créditos. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é registrada levando-se em consideração a análise individual de cada título vencido, conforme mencionado na nota nº 5. **c)** Investimentos: A Cia. participa como quotista minoritário em diversas sociedades cujo principal quotista é a sua controladora, OASE. Visando manter a mesma prática contábil da controladora, a Cia. reconheceu seus investimentos pelo método da equivalência patrimonial. **d)** Avaliação do valor recuperável dos ativos: Periodicamente os ativos tangíveis e intangíveis de vida útil definida são revisados para identificação de possíveis reduções aos valores realizáveis. Não foram identificadas perdas a serem provisionadas. **e)** Instrumentos financeiros: **(i)** Reconhecimento inicial e mensuração inicial: São representados pelo caixa e equivalentes de caixa, créditos a receber e contas a pagar a fornecedores e reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício. A Cia. não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado. **(ii)** Mensuração subsequente: A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: • Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. • Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado. A Cia. não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado. **f)** Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Cia. reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas com base na probabilidade de perda. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **g)** Tributação: O IR e a CS correntes são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. Correntes: A Cia. é tributada pelo lucro presumido. Qualificam-se para o regime de lucro presumido as sociedades cuja receita bruta total, no ano-calendário anterior, tenha sido igual ou inferior a R$ 78.000. No regime de lucro presumido, a base de cálculo do IR e da CS é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas de serviços prestados. Impostos sobre vendas: As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: **Lucro presumido:** COFINS - 3,00%; PIS - 0,65%. Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. **g)** DFs. dos fluxos de caixa: As DFs. dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa (IAS 7).

4. Caixa e equivalentes de caixa:	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	73	247
Total	73	247

São classificados na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa", por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e resgatáveis num prazo de 90 dias contados da data da sua contratação.

5. Contas a receber de clientes:	31/12/2016	31/12/2015
Serviços de corretagem e assessoria de crédito	557	512
(–) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(533)	(453)
Total	24	59
Contas a receber por idade de vencimento:	31/12/2016	31/12/2015
Títulos a vencer	1	4
Títulos vencidos até 30 dias	18	5
Títulos vencidos de 31 a 60 dias	2	9
Títulos vencidos de 61 a 90 dias	2	7
Títulos vencidos há mais de 91 dias	534	487
Subtotal	557	512
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(533)	(453)
Total	24	59

Provisão para créditos de liquidação duvidosa e baixa de contas a receber: A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração, considerando os riscos envolvidos, para cobrir as perdas prováveis na realização dos créditos. A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa pode ser assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	(1.033)
Constituição de provisão	(185)
(–) Reversão de provisão	96
(–) Baixa de título	669
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(453)
Constituição de provisão	(88)
(–) Reversão de provisão	8
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(533)

6. Partes relacionadas:	31/12/2016	31/12/2015
Ativo não circulante: OAS Empreendimentos S.A.	197	402

Refere-se a mútuo com a OAS Empreendimentos S.A. sem a incidência de juros e sem prazo para liquidação. As transações com partes relacionadas são efetuadas de acordo com as condições específicas pactuadas entre as partes. Remuneração do pessoal-chave da administração: A remuneração da Administração e principais executivos da Cia. é determinada por AGE, conforme registrado em Estatuto Social, considerando o desempenho dos indivíduos e as tendências de mercado. A Cia. não possui em aberto garantias prestadas a partes relacionadas ou terceiros.

7. Salários, provisões e encargos sociais:	31/12/2016	31/12/2015
Provisão de férias e encargos sociais	13	31
INSS a pagar	6	3
FGTS a pagar	2	7
Outros	–	5
Total	21	46

8. Despesa com IR e CS: Reconciliação da despesa efetiva de IR e CS: Os valores de IR e CS correntes que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

	31/12/2016 IRPJ	31/12/2016 CSLL	31/12/2015 IRPJ	31/12/2015 CSLL
Receita bruta de prestação de serviços	245	245	1.190	1.190
Alíquota oficial do lucro presumido	32%	32%	32%	32%
	78	78	381	381
Ajustes: Receita financeira	–	–	8	8
Outros ajustes	17	16	42	–
Base de cálculo	95	94	431	389
Alíquota oficial de imposto	15%	9%	15%	9%
Imposto apurado	14	9	65	35
Adicional de 10%	–	–	18	–
Total	14	9	83	35

9. Transações não caixa	31/12/2016	31/12/2015
Transações que não afetam caixa: IR e CS s/o lucro líquido	23	118
Aumento de capital em investidas com saldo de mútuo	–	453
Ganho por variação no perc. de partic. em investidas	–	(329)

10. Patrimônio líquido: Capital social: O capital social subscrito e integralizado em 31/12/16 e 2015 é de R$ 6.233 e está representado por 10.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas de propriedade da OASE. Destinação dos lucros: O estatuto social da Cia. prevê a seguinte destinação dos lucros apurados no final de cada exercício, após deduzidas as participações no resultado: (a) 5% para a constituição de reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (b) formação de reservas para contingências, caso haja necessidade; (c) constituição de reservas de lucro a realizar, se for o caso, na forma prevista pela legislação; (d) pagamento de dividendos anuais obrigatórios de, no mínimo, 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei de acordo com as deduções previstas "a", "b", "c" anteriores; e (e) a AG resolverá sobre o destino do saldo remanescente do lucro líquido do exercício. Prejuízos acumulados: Em 2015, a Cia. teve sua participação diluída em algumas de suas investidas. A variação no percentual de participação gerou um ganho no investimento no montante de R$ 329, conforme apresentado na nota nº 7, o qual foi contabilizado diretamente contra a rubrica de prejuízos acumulados. Adiantamento para futuro aumento de capital: Durante o exercício de 2015, a Cia. devolveu o montante de R$ 564 mil para a controladora OASE referente a aportes efetuados em exercícios anteriores.

11. Lucro bruto:	31/12/2016	31/12/2015
Receita operacional bruta: Receita de Serviço	245	1.190
Impostos incidentes sobre as vendas	(24)	(99)
Receita líquida	221	1.091
Custo dos serviços prestados	(296)	(604)
Lucro bruto (prejuízo) operacional	(75)	487

12. Despesas gerais e administrativas:	31/12/2016	31/12/2015
Utilidades e serviços	(2)	(17)
Serviços de terceiros	(55)	(101)
Gerais	(38)	(42)
Outros	(7)	(15)
Total	(102)	(175)

13. Despesas comerciais:	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(88)	(89)
Eventos e promoções	(81)	(65)
Outros	(5)	(3)
Total	(174)	(157)

14. Instrumentos financeiros: No curso normal de suas operações, a Cia. está exposta a riscos de mercado, tais como risco de crédito. Esses riscos são monitorados pela Administração utilizando-se instrumentos de gestão e políticas internas. A Cia. não possuía instrumentos financeiros derivativos em 31/12/16 e de 2015 e seus riscos de gestão de capital são revisados periodicamente pela Administração, sendo os principais os de crédito e liquidez. **15. Investigações em andamento:** A controladora da Cia., OASE, e algumas outras empresas do Grupo OAS, estão sendo investigadas pelo MPE, sobre supostas irregularidades cometidas na aquisição e assumpção de obras da BANCOOP, as quais haviam sido paralisadas por conta da falta de recursos para sua finalização. No âmbito de tais investigações, a administração das empresas disponibilizou documentos e prestou os esclarecimentos requeridos, tendo até o momento colaborado plenamente com as autoridades competentes. As referidas investigações deram origem ao Procedimento Investigatório nº 0017018-25.2016.8.26.0050, que tramita na 4ª Vara Criminal do Foro Central Criminal Barra Funda, na comarca de São Paulo - SP. A Administração das empresas, apoiada na opinião dos seus advogados, conclui que ainda não é possível estimar a duração e o resultado das investigações em andamento, em função das mesmas terem sido iniciadas recentemente e dependerem de eventos futuros.

A Diretoria

Contadora: Juliana Gomes Wanderley Gouveia
CRC-BA 028755/O-9

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis: Aos Administradores e acionistas da **OAS Imóveis S.A. (Em recuperação judicial) -** Salvador - BA. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da **OAS Imóveis S.A. (Em recuperação judicial) ("Sociedade")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelo efeito do assunto mencionado no parágrafo "Base para com ressalva", as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da OAS Imóveis S.A. em 31/12/2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis:** Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 6, a Companhia possui saldo a receber de sua controladora, **OAS Empreendimentos S.A. (Em recuperação judicial)** no montante de R$ 197 mil. A controladora está em processo de recuperação judicial e este montante pode não ser recuperável. Consequente, em 31/12/2016, o ativo não circulante e o patrimônio líquido estão superavaliados no montante acima. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidades com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião modificada. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Sem modificar nossa opinião e conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, em 31/03/2015, a [illegible]

relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, [illegible]